



## GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria do Meio Ambiente

Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - Secex

Conselho Estadual do Meio Ambiente - Cepram

### 1 ATA DA 381ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO 2 AMBIENTE - CEPRAM

3 Às nove horas do dia vinte e seis de setembro de 2014, no auditório da Companhia de  
4 Engenharia Rural - CERB, no Centro Administrativo da Bahia-CAB, Salvador - Bahia,  
5 realizou-se a 381ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente –  
6 CEPRAM. Estiveram presentes o presidente Eugênio Spengler, a secretária executiva  
7 Mariana Stefanelli Mascarenhas, Mariana Santos Vidal da Cunha – Assessoria  
8 Especial, Marcello Nunes de Abreu – SEAGRI, Kátia Correia Lima – SEAGRI, Marcos  
9 Gonçalves Almeida – SEINFRA, Beatriz da Cruz Pitta – SICM, Raimundo de Freitas  
10 Neves e Ana Paula Leal Meira – SICM, Romeu Figueiredo Temporal – SEPLAN,  
11 Leticia Coelho da Costa Nobre – SESAB, Claudio Carilo – COPIBA, Luiz Galvão –  
12 SINDIBRITA, Aurinézio Calheira Barbosa - COFIC, Sérgio de Almeida Bastos –  
13 SINPEQ, José Luciano Fiúza Junior – CETREL S.A, Tatiane Simões da Silva –  
14 Paisartt Construtora, Leila Márcia Souza Oliveira – Sindicato Rural de Camacan,  
15 Alessandra Terezinha Chaves Cotrim Reis – AIBA, Miguel Aciolly – UFBA, Maria  
16 Emília Blanc – PRISMA, Luiz Vitor Marsala – IDEIA, Ércio da Silva Araujo – Instituto  
17 Viver da Mata, Claudio de Carvalho Mascarenhas – GERMEN, Renato Pêgas Paes da  
18 Cunha – GAMBA, Daniel Melo Barreto – BIOESTE, Melquiades Spinola de Oliveira –  
19 CEPEDES. Como havia *quorum* regimental a sessão foi aberta. O presidente Eugênio  
20 Spengler agradeceu a presença de todos os conselheiros e demais convidados. A  
21 pauta constou: 1 – apreciação da ata 380ª reunião ordinária; 2 – apresentação e  
22 debate sobre a regulamentação do processo de licenciamento ambiental de energia  
23 eólica no Estado da Bahia; 3 – relato de processos: 3.1 – análise de processos  
24 recursais apreciados na 3ª. Reunião da Câmara Técnica Recursal de 15.08.14:  
25 Processos nºs: 2009-033833/TEC/AIAD-0351; 2009-030233/TEC/AIAD-0288; 2009-  
26 013096/TEC/AIAD-0071; 2007-005929/TEC/AIMU-0294; 2008-000811/TEC/AIMU-006;  
27 2008-009702/TECAIMU-0673; 2008-015699/TEC/AIMU-1012; 2005-  
28 000687/TEC/AIAD-0098; 2005-006557/TEC/AIAD-0457; 2007-002614/TEC/AIAD-  
29 0112; 2007-002904/TECAIAD-0149; 2008-006349/TEC/AIAD-0305; 2008-  
30 009697/TEC/AIAD-0630; 2008-019198/TEC/AIIN-0137; 2006-001403/TEC/AIAD-0073;  
31 2008-002060/TEC/AIAD-0123; 3.2 – processos analisados na reunião de Câmara  
32 Técnica Recursal de 18.07.14: 2012-011951/TEC/AIMU-0313; 2009-  
33 011853/TEC/AIAD-0054; 2008-009411/TEC/AIAD-0589; 2009-014376/TEC/AIAD-  
34 0088; 2006-004708/TEC/AIAD-0293; 2008-007487/TEC/AIAD-0401; 2007-  
35 006100/TEC/AIAD-0321; 3.3 – processos diligenciados na 380ª reunião ordinária:  
36 2012-018742/TEC/ERPM-0001; 2008-013728/TEC/AIMU-0936; 4 – Solicitação de  
37 avocação ao Processo nº 2011-014414/TEC/LL-0046 – Empreendimento Turístico  
38 Imobiliário Ponta dos Castelhanos em fase de Licença Prévia pelo conselheiro Luiz  
39 Marsala (IDEIA); 5 – Informes; 6 – O que Ocorrer. O conselheiro Eugênio Spengler  
40 destacou alguns pontos relevantes da pauta e consultou a plenária se estava de  
41 acordo e todos concordaram; colocou a ata 380ª para aprovação; foi registrado pela  
42 conselheira Leila Oliveira que havia solicitado alteração. O conselheiro Eugênio  
43 Spengler informou que foi alterada. Após a ata foi aprovada por unanimidade. Passou





## **GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Secretaria do Meio Ambiente

Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - Secex

Conselho Estadual do Meio Ambiente - Cepram

---

atividades de um microgerador; enumerou as exigências com informações constantes para o licenciamento eólico e prazos para emissão; finalizou. Em seguida foi aberta inscrições para manifestação da plenária: o conselheiro Claudio Mascarenhas questionou a falta de oportunidade para a comunidade se pronunciar na audiência pública, quais os principais aspectos identificados nesses licenciamentos feitos até hoje e quais as medidas mitigatórias tomadas, soluções encontradas e que arcou os custos dos desencontros para geração da transmissão? O conselheiro Eugênio Spengler respondeu que as audiências são reguladas pela Resolução do CONAMA e esclareceu que importante é atender a Resolução nº 9/187; disse com relação às medidas mitigatórias associadas às instalações de parques eólicos é de competência do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - DNIT ou Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia - DERBA, órgãos que regulamenta o processo de trânsito; disse que tem os riscos de impacto de vizinhança, se tiver muito próximo, apesar de que não se autoriza instalação de Aerogerador a uma distancia de menos de 500 e 600 metros; riscos de mortes de animais, a exemplo de morcegos e outra questão está associada a impacto visual. O conselheiro Claudio Mascarenhas perguntou se as aves e fauna estavam sendo monitoradas. O conselheiro Eugênio Spengler que sim, esse foi um dos pontos de discussão da Resolução CONAMA e conta com um mapa incorporado ao sistema de georeferenciado com o apoio do Instituto CHICO MENDES; essa é uma condição prevista, previamente, estabelecido na hora do enquadramento para o licenciamento do empreendimento; falou das características de procedimentos de monitoramento diferenciadas para alguns Estados; registrou com relação ao processo de instalação das linhas de transmissão, quase cem por cento é de responsabilidade das empresas públicas; explicou pelo contrato de compra de energia, se o empreendedor não cumprir os prazos ele paga ao governo e se o governo não puder lançar a energia gerada no sistema quem paga ou indeniza é o Governo. O conselheiro Renato Cunha falou sobre a importância da energia eólica, bem como outras energias renováveis, considerando uma matriz energética mais limpa e suave, mas que possa garantir a comunidade e a sociedade que não sofram tanto com os impactos que possam resultar com vários projetos energéticos; defendeu a necessidade de discutir melhor essas questões junto à sociedade; solicitou mais acesso a informações sobre as licenças concedidas e condicionantes aplicados aos empreendimentos, discussões na Câmara Técnica deste Conselho. O conselheiro Eugênio Spengler disse que concordava com os argumentos do conselheiro Renato Cunha e destacou alguns critérios adotados gerido pelo Sistema Nacional de Integração; existe toda uma preocupação com relação às empresas e o processo de concessão e instalação, a execução do projeto e geração de energia; ressaltou a disponibilização dos processos no site do Sistema Estadual de Informações Ambientais – SEIA com acesso a todo o cidadão e o assunto em questão, poderá ser apresentado e discutido na Câmara Técnica deste Conselho; falou das discussões ocorridas na Câmara Técnica do CONAMA com relação ao Estudo de Impacto Ambiental – EIA; citou o interesse de outros em ampliar as termoelétrica de carvão no Sul do Brasil; ressaltou que o governo pretende alcançar mais de dez por cento de toda energia consumida no Brasil de fonte eólica; disse que comparando o





## **GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Secretaria do Meio Ambiente

Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - Secex

Conselho Estadual do Meio Ambiente - Cepram

---

a palavra ao Sr. Marcelo Senhorio assessor do gabinete da Diretoria Geral do Instituto do Meio Ambiente e de Recursos Hídricos – INEMA para apresentar um panorama ambiental sobre licenciamento de energia eólica no Estado da Bahia. O Sr. Marcelo Senhorio falou que energia eólica é hoje a mais competitiva dentre todas as fontes de energia elétrica, perdendo apenas para a hidrelétrica; atualmente a energia eólica é a fonte de geração de energia elétrica que mais cresce no Brasil; disse que em 2009, ano que Bahia passou a participar do segmento, o governo federal tomou medidas de incentivos para introduzir a Energia Eólica na matriz elétrica brasileira; ressaltou que o estado da Bahia apresenta um significativo potencial neste ramo energético, com capacidade estimada em 14,5 GW para uma altura de 70m – 10,1% do potencial nacional; mostrou gráfico com o panorama sobre o percentual de participação da Bahia nos Leilões contratados por UF, 2009-2013; registrou que além dos parques de geração de energia espalhados pelo sertão, onde se localiza grande parte do potencial do estado, a Bahia começa a organizar um parque industrial voltado para produção de equipamentos e a cadeia produtiva já conta com empreendimentos instalados na Bahia (Gamesa, Alstom, Torrebras e Acciona); em 2011 - a Bahia tem 57 projetos de energia eólica previstos para instalação e é o segundo estado, no Brasil, em potência contratada nos leilões de energia eólica. Os empreendimentos vão acrescentar 1.560 MW à rede elétrica; em 2013 - 132 parques eólicos contratados ao final de 2013 - totais de 3.245,2 MW de capacidade instalada, quando em operação completa representarão mais de 20% do total existente no Estado; informou que existe 57 projetos de energia eólica previstos, os quantitativos de Portarias publicadas no INEMA para licenças dos Parques Eólicos e Linhas de Transmissão/Subestações e citou os desafios e oportunidades; finalizou falando sobre a busca de parcerias junto as empresas para preenchimento do Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais - CEFIR das propriedades dentro e no entorno das linhas de transmissão e parques eólicos. Mariana Mascarenhas conduziu a pauta e passou a palavra para Luiz Araujo assessor especial do gabinete do Secretário que apresentou o comparativo do proposto pela Resolução nº 279 de 2001, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA – Norma Técnica - NT sobre licenciamento ambiental simplificado de empreendimentos elétricos com pequeno potencial de impacto ambiental; a Resolução nº 4.180 de 2011, do CEPRAM NT sobre Processo de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica a partir de fonte eólica no Estado da Bahia; bem como a atual Resolução nº 462 de 2014, do CONAMA – NT que estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental de empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica em superfície terrestre; falou sobre o potencial degradador e porte do empreendimento; fez destaque quanto ao Decreto 14.024/2011, no qual estabelece o número de Aerogeradores; fez o comparativo do licenciamento simplificado conforme os disposto nas Resoluções CONAMA e CEPRAM; pontuou alguns procedimentos com relação ao processo de licenciamento, Estudos de Impactos Ambientais e Relatórios, bem como a sugestão de manutenção dos Termos de Referência - TRs da Resolução CEPRAM nº 4.180/2011 com adaptações ao quanto disciplinado na Resolução do CONAMA; falou da importância de se realizar e manter a consulta e participação pública; ressaltou as sugestões para





## **GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Secretaria do Meio Ambiente

Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - Secex

Conselho Estadual do Meio Ambiente - Cepram

---

132 custo econômico da energia eólica à energia termoeletrica é bem menor; considera  
133 válido o debate sobre matriz energética. A conselheira Leila Oliveira manifestou  
134 preocupação com relação às comunidades tradicionais e sugeriu que na Resolução  
135 ficasse bem claro do que se trata impacto sócio econômico direto, principalmente com  
136 relação à questão de regularização fundiária. O conselheiro Eugênio Spengler  
137 enfatizou que a regularização fundiária não seria resolvida no licenciamento ambiental,  
138 deve ser tratado junto a Coordenação de Desenvolvimento Agrário – CDA e o Instituto  
139 Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA; citou os elementos importantes  
140 levando em consideração os impactos associados a áreas prioritárias para  
141 conservação, para questão de produção quali-quantitativa de águas, áreas de  
142 ocorrências de espécie ameaçadas, povos de comunidades tradicionais e outros. A  
143 conselheira Leila Oliveira ressaltou que os problemas identificados são decorrentes  
144 das questões fundiárias e considera que no momento do processo de licenciamento  
145 devem ser discutidas essas questões com as Comunidades. O conselheiro Luiz Vitor  
146 comentou que o licenciamento ambiental venha exacerbar os conflitos, considera a  
147 participação do Ministério Público e outras instituições do Estado para amparar essas  
148 questões muito importantes, bem como colocar em pauta para discussões nas  
149 Câmaras Técnicas de Políticas Públicas e Assuntos Jurídicos do Cepram. O  
150 conselheiro Claudio Mascarenhas questionou informações com relação ao recurso  
151 destinado ao proprietário da terra, e que parte ou parcela desse recurso deveria ser  
152 aplicada no Fundo Municipal de Meio Ambiental. O conselheiro Eugênio Spengler  
153 esclareceu que isso não se tratava de um imposto, então seria impossível adotar esse  
154 procedimento; disse que a atividade é gerada de vento através de instalação de uma  
155 Torre com recursos diferenciados. Em seguida passou para o ponto de pauta referente  
156 a análise de processos; foi feita a inversão de pauta; iniciou pelo processo sobre o  
157 Plano de Manejo APA Serra Branca sob considerando ser uma discussão mais longa  
158 e está sob a diligência dos conselheiros Luiz Galvão, Luiz Marsala e Miguel Aciolly; foi  
159 realizada uma visita técnica no período de 5 a 7 de agosto de 2014, no município de  
160 Jeremoabo, cujo parecer será apresentado. O conselheiro Luiz Galvão registrou que  
161 realizou a visita técnica com recursos próprios, se deslocou um dia antes do  
162 programado; disse que conheceu a área da APA; fez uma apreciação do diagnóstico  
163 sócio-ambiental; apreciação do zoneamento ecológico-econômico; os problemas a  
164 serem solucionados e confrontos; participou da reunião com os membros integrantes  
165 do Conselho Gestor, visitou as comunidades Quilombolas: Baixa da Lagoa, Olho  
166 D'Água e Quelles; no povoado de Quelles a comunidade se manifestou colocando  
167 suas necessidades, bem como a questão da regularização fundiária; finalizou sua  
168 apresentação com o parecer: "sua intenção em colaborar com a SEMA e o CEPRAM,  
169 para que os Planos de Manejo tenham a qualidade e o nível de conhecimento, dêem  
170 suporte à execução de trabalhos completos, sérios, compatível com a realidade;  
171 recomenda que os trabalhos de campo, as interpretações de imagens, as  
172 representações em mapa sejam refeitos, para que possam atender as necessidades  
173 ecológico-econômicas, para garantir um planejamento adequado e correto; seu voto é  
174 pela não aprovação desse Plano de Manejo, considerando as imperfeições e  
175 inconformidades apresentadas". Após, os conselheiros Luiz Marsala e Miguel Aciolly





## GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria do Meio Ambiente

Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - Secex

Conselho Estadual do Meio Ambiente - Cepram

apresentaram o parecer de visita, também realizada no mesmo período, que teve como objetivo avaliar a inserção das comunidades e usuários do território da APA no Plano de Manejo; relatou que foram verificados dois grandes problemas no Plano de Manejo, pela análise de 12 arquivos que o compõem, são eles: ausências de inclusão das comunidades no plano; deficiências na participação das comunidades na elaboração do plano; disse resultou algumas análises mais aprofundadas; registrou que contou com a participação inusitada da conselheira Edvalda Aroucha representante da entidade ambientalista AGENDHA; destacou que foi procedida a análise de documentos constante do processo, inspeção em campo com atividades de, reunião com o Conselho Gestor da APA, visita as comunidades Quilombolas, visita as áreas de agricultura irrigada ao longo da BR 235, visita a comunidade fundo e fecho de pasto; alguns recortes do plano ajudam a compreender os problemas indicados: a falta de inclusão das comunidades, pouca participação das comunidades no processo de elaboração do plano; concluiu o parecer dizendo: com base em todo o trabalho realizado nesta diligência, recomenda que sejam tomadas as providências para sanar os vícios encontrados: refazer a formação do conselho gestor, refazer o zoneamento, refazer as diretrizes do zoneamento; ressaltou quanto às diretrizes para limitar apenas a "Permitido" e "Proibido", quando uma condição excepcional pré-existente puder ser tolerado deve ser enquadrada como permitido com a ressalva "desde que pré-existente em dada situação". O conselheiro Eugênio Spengler agradeceu aos conselheiros; colocou que considerando as apresentações e os relatos dos conselheiros revisores do processo, sugeriu a retirada do processo de pauta, constituir um grupo de trabalho ligado diretamente ao gabinete do Secretário com representação dos três segmentos, além de representantes da Sema e Inema para se fazer uma leitura mais detalhada do conteúdo do Plano de Manejo, identificar o que poderá ser aprovado, as lacunas para direcionamento de complementação de estudo, novas licitações e assim por diante; disse que a proposta era obter um mínimo de acordo sobre pontos importantes, até o final de outubro; consultou a plenária se concordava. O conselheiro Melquiades Oliveira disse que se sentia contemplado aprovando a sugestão da presidência; parabenizou as apresentações dos conselheiros revisores. O conselheiro Renato Cunha manifestou-se com relação à vulnerabilidade do processo de elaboração do plano de manejo; reforçou que esse tipo de atividade requer bastante atenção da Sema e da equipe do Inema e que a participação do Cepram é indispensável. O conselheiro Eugênio Spengler esclareceu alguns pontos com relação a gestão da Sema no que diz respeito a contratação de serviços que dependem de um processo de Licitação; também ressaltou que o assunto foi pauta de reunião da Câmara Técnica de Biodiversidade; solicitou que fosse apresentado os nomes dos representantes para participar do grupo de trabalho, ora sugerido. Naquele momento foi registrado que se integraria ao grupo os conselheiros Miguel Aciolly, Luiz Marsala e a conselheira Edvalda Aroucha do segmento ambientalista; o conselheiro Luiz Galvão representará o segmento empresarial. Passou para o pedido de avocação do processo do empreendimento turístico imobiliário Ponta dos Castelhanos, encaminhado pelo conselheiro Luiz Marsala; após discussões sobre pontos relevantes desse processo de licenciamento no que diz respeito a impacto ambiental, bem como





## GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria do Meio Ambiente

Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - Secex

Conselho Estadual do Meio Ambiente - Cepram

- 264 Claudio Carilo – COPIBA
- 265 Claudio de Carvalho Mascarenhas – GERMEN
- 266 Daniel Melo Barreto – BIOESTE
- 267 Ércio da Silva Araujo – Instituto Viver da Mata
- 268 José Luciano Fiúza Junior – CETREL S.A
- 269 Kátia Correia Lima – SEAGRI
- 270 Leila Márcia Souza Oliveira – Sindicato Rural de Camacan
- 271 Leticia Coelho da Costa Nobre – SESAB
- 272 Luiz Galvão – SINDIBRITA
- 273 Luiz Vitor Marsala – IDEIA
- 274 Marcello Nunes de Abreu – SEAGRI
- 275 Marcos Gonçalves Almeida – SEINFRA
- 276 Maria Emília Blanc – PRISMA
- 277 Mariana Santos Vidal da Cunha
- 278 Melquiades Spinola de Oliveira – CEPEDES
- 279 Miguel Aciolly – UFBA
- 280 Renato Pêgas Paes da Cunha – GAMBA
- 281 Romeu Figueiredo Temporal – SEPLAN
- 282 Sérgio de Almeida Bastos – SINPEQ
- 283 Tatiane Simões da Silva – Paisartt Construtora





## GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria do Meio Ambiente

Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - Secex

Conselho Estadual do Meio Ambiente - Cepam

as questões de impacto social; fez encaminhamento propondo que o INEMA conclua o processo normal de análise, termine o parecer técnico e discuta o parecer final com este Conselho na lógica de acatar e aprovar a solicitação de avocação; sugeriu que as discussões do parecer é cabível a participação de representantes da comunidade para aprofundar essa discussão; consultou os conselheiros se concordavam com esse encaminhamento e todos concordaram. O conselheiro Eugênio Splenger informou que pretendia agendar a Posse da nova gestão do Cepam para o dia 31 de outubro, considerando a conclusão do processo de eleição para escolha das representações; prevê algumas reuniões além da ordinária, extraordinária e conjunta; citou alguns pontos importantes previstos para pauta dessas reuniões, a saber: Norma Técnica de Mineração, adequação da Norma Técnica para procedimentos de energia eólica; adequação referente ao Licenciamento por Adesão e Compromisso – LAC, Norma Técnica de Reforma Agrária, agenda de regulamentação, discussões sobre agrotóxicos, as questões das problemáticas em Ilha de Maré (Baia de Todos os Santos) e algumas problemáticas relacionadas ao semiárido ou caatinga, apresentação sobre o andamento das questões de recursos hídricos, além de uma apresentação sobre o relatório de gestão dos quatro anos de governo. Por fim agradeceu a todos se retirou para atender a outros compromissos e passou a condução da sessão a Mariana Mascarenhas. O conselheiro Claudio Mascarenhas consultou a possibilidade de deslocar com um dia de antecedência os membros integrantes deste Conselho sediados no interior para participar da Posse, para uma reunião de alinhamento com os novos membros indicados da mesma categoria. O conselheiro Eugênio Spengler manifestou favorável à solicitação, considerando ser um evento atípico, mas que não se aplicaria a outros momentos. A conselheira Mariana Mascarenhas registrou as ausências justificadas dos conselheiros José Roberto Celestino e Wilson Andrade; registrou que foram analisados 16 (dezesesseis) processos em pauta da 3ª. Reunião de Câmara técnica recursal realizada em 13.08.14 e 7 (sete) processos da 2ª. Reunião de 18.07.14, conforme acordado, os votos desses processos foram enviados com antecedência, para ciência, e se houver algum destaque será revistos. Foi considerado o decidido na Câmara Técnica e todos os processos recursais foram aprovados por unanimidade. Citou que um dos processos diligenciados constante da pauta era da relatoria do conselheiro Wilson Andrade que estava ausente e não houve encaminhamento de voto, por isso permaneceria em diligência. Por fim, agradeceu a todos e deu por encerrada a sessão. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada na qual eu, Lorena Soares Miranda, lavrei esta Ata que será assinada por mim e pelos membros presentes. Salvador, 26 de setembro de 2014.

### **Membros:**

Presidente: Eugênio Spengler

Secretária Executiva: Mariana Mascarenhas

Alessandra Terezinha Chaves Cotrim Reis – AIBA

Ana Paula Leal Meira – SICM

Aurinézio Calheira Barbosa – COFIC

Beatriz da Cruz Pitta – SICM



